

Palavra de Naya

Construtor do Palace II tem bens liberados para indenizar vítimas, mas usa parte em causa própria

O ex-deputado federal Sérgio Naya deu um baile na Justiça na semana passada. Responsável pela construção do edifício Palace II – que desabou em 1998 no Rio de Janeiro, matando oito pessoas –, teve parte de seus bens liberados com o único propósito de pagar indenizações a suas vítimas. Em vez disso, vendeu três imóveis de forma nebulosa e ainda usou boa parte do dinheiro para pagar dívidas pessoais. O desbloqueio dos bens fez parte de um acordo firmado em 2000 por Naya, as vítimas, o Ministério Público e o juiz substituto da 4ª Vara Federal, Alexander Macedo. Naya teve 30 bens liberados, mas não cumpriu o acordo. Ex-jogador de futebol, o juiz Macedo, quase aposentado, recorreu à antiga profissão para explicar as decisões: "Achei que resolve-

ria o problema das indenizações do Palace. Pensei que faria um gol de placa e sairia glorificado". Levou um olé.

Numa das operações suspeitas, descobriu-se que R\$ 100 mil foram parar na conta de Almir Machado, mestre-de-obras do prédio que desabou. Naya tinha pedido o dinheiro a pretexto de pagar por um serviço de consultoria para obtenção de um empréstimo de US\$ 5 milhões destinado a indenizar algumas vítimas. Só que não houve consultoria nem empréstimo e o dinheiro foi para o ex-funcionário de Naya. O Ministério Público suspeita que os R\$ 100 mil tenham ficado com o próprio ex-deputado.

Em outra transação, Naya vendeu um terreno em Brasília por R\$ 1,3 milhão. Em vez de dar todo o dinheiro arrecadado para as vítimas, como tinha prometido, aproveitou para quitar uma dívida de R\$ 400 mil de IPTU. "Pagamos até imposto para ele", reclama Rauliete Barbosa, presidente da associação das vítimas.

O advogado das vítimas, Nélio Andrade, aponta outra irregularidade: Naya declarou ter vendido um terreno em Belo Horizonte por R\$ 25 mil, mas documentos mostram que ele próprio já havia avaliado o imóvel em R\$ 500 mil. Suspeita-se que a diferença tenha sido também desviada. Não se sabe ao certo, ainda, quantas propriedades foram liberadas. O MP aguarda uma certidão da Justiça com a informação do tamanho da festa. O promotor Sérgio Terra, responsável pelo caso, estranha

a rapidez nas liberações – alguns pedidos eram aprovados no mesmo dia – e diz que o MP tinha de ter sido consultado.

O acordo firmado entre as partes envolvidas, incluindo Sérgio Terra, porém, diz que "a liberação dos imóveis para a venda será feita pelo Juízo". Ou seja: o juiz respeitou o acordo. Quem não cumpriu sua parte foi

Naya, que, procurado por ÉPOCA, não retomou as ligações. O Tribunal de Justiça não foi comunicado sobre qualquer irregularidade do juiz, embora a associação das vítimas já tenha feito uma queixa ao conselho da magistratura. Macedo será investigado pelo MP, que quer saber se ele obteve alguma vantagem com as decisões. ■

NELITO FERNANDES

As indenizações das
118 vítimas
do Palace II somam **R\$ 60 milhões**,
mas apenas
R\$ 1 milhão
foi pago a **2** famílias

ACORDO ROMPIDO
O juiz Macedo (à dir.) achou que estaria fazendo um "gol de placa" ao liberar parte dos bens de Sérgio Naya (à esq.) e vai ser investigado pelo MP

